

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO ESCRITOR DYONELIO MACHADO: DO PRR DE BORGES AO PCB DE PRESTES

*Mauro Gaglietti**

*C*omo é possível admitir que alguns pesquisadores exijam dos socialistas brasileiros do século passado o estudo ou a compreensão do marxismo? Karl Marx, mesmo tendo intensa produção teórica e ativa militância, era pouco conhecido nos países mais industrializados da Europa no século XIX. O que dizer, então, de um país que deixou de ser colônia somente em 1822, quando se proibia a impressão de livros?

O problema estende-se até meados do século XX, quando nos deparamos com certos casos de aparente incoerência ideológica: como imaginar que um intelectual como Dyonelio Machado tenha pertencido ao Partido Republicano Rio-Grandense e em seguida tenha aderido ao Partido Comunista?

* Mauro Gaglietti é Professor de História da Universidade de Cruz Alta (RS).

A realidade brasileira era bastante distinta da europeia. O Brasil do século XIX era um país essencialmente agrícola. A predominância do latifúndio, a mão-de-obra escrava, as culturas extensivas, a produção destinada à exportação, a ausência de centros urbanos, de mão-de-obra assalariada e de trabalhadores industriais, bem como uma altíssima taxa de analfabetismo constituíam suas marcas fundamentais. Nesse contexto, como imaginar alguma influência de idéias marxistas no Brasil, se nem entre os próprios europeus tal divulgação havia sido fácil?

No século XIX, os principais autores socialistas lidos no Brasil propagaram uma visão do marxismo que resultava de uma leitura positivista e/ou cientificista de Marx, fenômeno que também ocorreu em outros países da América Latina e na Europa. Karl Marx se insere na “ideologia socialista eclética” à medida que integra idéias de Comte, Darwin, Spencer, Haeckel, Max Nordau, Ferdinand Lassalle e Benoît Malon.

Os socialistas brasileiros difundiram as formulações de cunho socialista elaboradas principalmente por Benoît Malon, Enrico Ferri, Magalhães Lima e José Ingenieros, sendo registradas adaptações e simplificações do marxismo somente na virada de século. Por aqui não ocorreu qualquer contribuição original e significativa à doutrina do movimento revolucionário. Talvez, a inexistência de um teórico marxista brasileiro e de uma obra de maior fôlego se deva à origem social e à composição da “elite socialista”. Esta provém da ala de esquerda orientada por Silva Jardim, dos movimentos abolicionistas e republicanos, e reúne operários, professores, alguns poucos médicos, jornalistas e advogados. São esses militantes que, por não terem experiência na elaboração política e teórica, recorrem às experiências de outros países, que lhes chegavam através dos autores aos quais tinham acesso.

Então, como imaginar que um intelectual como Dyonelio Machado tenha pertencido ao Partido Republicano Rio-Grandense e em seguida tenha aderido ao Partido Comunista? Alguns dos fatos mais conhecidos, no que se refere à atuação política de Dyonelio Machado, são a sua rápida passagem pela Assembléia Legislativa do Estado, em 1947, como Deputado Constituinte pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), e sua eleição para presidente suprapartidário da Aliança Nacional Libertadora, seção Rio Grande do Sul, em 1935. A relação de amizade que mantinha com Borges de Medeiros e a sua condição de integrante do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), até o início da década de 30, também são relativamente comentadas. No entanto, poucos sabem que Dyonelio exerceu o jornalismo como forma de fazer oposição ao governo das oligarquias *café-com-leite*, fundando e dirigindo *A Informação*, órgão que circulou de 20 de março de

1921 a 01 de março de 1922, fechamento coincidente com o término das eleições presidenciais. Mais raros, ainda, são aqueles que tiveram a oportunidade de ler a sua primeira publicação em forma de livro – *Política contemporânea*¹ –, escrita em 1922 e editada pela Globo, em 1923, quando o autor contava com 27 anos. Nessa obra, Dyonelio desenvolve as teses aprendidas nos grandes clássicos da Política, registra o vasto conhecimento que possui acerca da Revolução Francesa e realiza estudos aprofundados sobre as constituições européias.

O livro reúne três ensaios: *Relações Econômicas da Paz; Política Militar do Brasil e a Sua Repercussão na Vida Continental Americana;* e *A Revolução*. No primeiro, analisa o período posterior à Primeira Guerra, afirmando que a construção da paz é um processo mais assustador do que a própria guerra. Sagaz crítico do governo Epitácio Pessoa, o autor ironiza as ações do governo, mostrando que elas são incapazes de articular respostas rápidas aos graves problemas econômicos enfrentados pela nação. Critica a viagem que o Presidente faz a Versalhes para representar o Brasil diante dos acordos de paz e sugere que as autoridades se preocupem mais com o *déficit* orçamentário, o desequilíbrio da balança comercial, a desvalorização da nossa moeda, o crescente abandono da indústria e a ruína do mercado interno, do que com os problemas vividos pela Europa. Dyonelio caracteriza como *dialética enganosa* o argumento do Presidente, que naquelas alturas já virara senso comum, de acordo com o qual a crise do café seria uma consequência da seca que atingia o Nordeste. O ensaísta também propõe a imediata alteração da política que o governo adota para o café e o fim da sustentação política aos coronéis do Nordeste, alertando para o fato de que uma crise econômica, quando não solucionada, é mais mortal que a guerra. Além disso, apóia-se nos *Escritos econômicos*, de Alberdi, na *Costituzione economica odierna*, de A. L. Loria, e em *La réforme sociale em France*, de M. F. Le Play, para apontar os equívocos presentes nas teses defendidas pelo pecuarista Assis Brasil, em um congresso rural. Na opinião de Assis Brasil, os problemas enfrentados pela pecuária, e conseqüentemente as providências a serem tomadas, são de caráter conjuntural. Dyonelio e o PRR, por sua vez, acreditam que a crise da pecuária é grave e tem causas mais profundas, exigindo, desse modo, medidas de natureza estrutural para que possa ser superada.

No segundo ensaio, o escritor mostra-se preocupado em compreender a política de relações internacionais do governo brasileiro. Para isso

¹ MACHADO, Dyonelio. *Política contemporânea: três aspectos*. Porto Alegre: Globo, 1923.

passa a investigar a origem das atitudes da imprensa argentina, a qual está em permanente campanha contra o Brasil. Parte do exame minucioso de todos os movimentos dos atores internacionais, para daí traçar o roteiro que orientará sua análise da participação do Brasil na Conferência de Santiago do Chile, chamada para debater e encaminhar o desarmamento da América do Sul no pós-guerra. Uma das constatações do ensaísta é a de que, na fase de preparação da Conferência, a chancelaria brasileira age de forma errada, dando margem ao comportamento hostil por parte dos jornais argentinos, visível nas manchetes que encabeçam as reportagens.

O período da Conferência coincide com o início do governo Arthur Bernardes, o sucessor de Epitácio Pessoa que, na opinião de Dyonelio, entrega o Ministério das Relações Exteriores a uma pessoa que não conhece Direito Internacional. O fato leva o ensaísta a tecer críticas ao sistema presidencialista, o qual concentra as decisões exclusivamente na figura do Presidente da República. Assim, este tem o poder de indicar até mesmo pessoas desqualificadas para ocuparem postos estratégicos, sem que precise prestar contas de seus atos à sociedade, isto é, aos seus representantes no Congresso Nacional. Dyonelio denuncia ainda a forma como Washington manipula as ações preparatórias à Conferência, visando evitar uma aproximação entre Brasil, Argentina e Chile e impedir o fortalecimento militar do primeiro.

Conhecedor de Direito Internacional, o escritor busca, na obra do jurista Clóvis Bevilacqua, elementos que dêem sustentação à sua atitude de apoiar a política de arbitramentos da República. Dyonelio, republicano por convicção política e ideológica, considerava a República um compromisso com a paz e opunha-se à Monarquia, justamente por esta ter deixado a marca da intervenção e da conquista, como por exemplo na Guerra do Paraguai. A paixão que ele sente pela América Latina faz com que a veja como uma síntese dos valores de fraternidade e solidariedade, necessários à construção do equilíbrio moral dos povos. Nesse contexto, reserva ao Brasil uma missão bem específica – a de exercer o papel civilizador que lhe estava destinado. Para ele, o Brasil deveria destacar-se não pelo poderio militar, mas pela ascendência moral, através da qual ganharia simpatia dos Estados Unidos e promoveria a estabilização das forças, garantindo a paz.

No terceiro ensaio, Dyonelio comporta-se como um sociólogo da revolução. Para compreender a Revolta Tenentista de Copacabana em 1922, percorre um caminho que vai da teoria da revolução de Bauer, contida na obra *Essais sur les Révolutions*, e passa pela análise do surgimento da República em 1889 e da participação dos militares na luta contra a Monarquia. Por fim, Dyonelio mostra, através de consistente argumentação, a falta de legitimidade do movimento dos 18 do Forte de Copacabana, atribuindo-

a à antecipação do levante do dia 15 de novembro, quando tomaria posse Arthur Bernardes, para o 5 de julho daquele ano. Isso ocorre devido à astúcia do governo de Epitácio Pessoa que, obtendo informações sobre os preparativos da insurreição dos jovens tenentes, resolve detoná-la antes da data prevista, isolando e esvaziando o sentido do movimento para depois vencê-lo.

No início da década de vinte, quando a obra *Política Contemporânea* foi escrita, o mundo tornava-se menor, com a Revolução Russa de 1917 e com a Primeira Guerra Mundial. Pela primeira vez, tudo o que acontecia num canto do planeta repercutia nos demais países em questão de meses. Segundo Werneck Sodré, a

historiografia moderna chegou a determinado nível de consenso em admitir que o fim do século XIX e o início do século XX é muito mais definitivo com a Primeira Guerra, de 1914-1918, do que no marco que a cronologia assinala (...). Não apenas pelas graves e alastradas conseq ncias que o conflito deixou, mas, além disso, por uma razão suprema: com o advento da Revolu o de Outubro de 1917, na Rússia, o mundo conheceria o socialismo na prática, e já não só na teoria". Na visão do historiador, "a existência de um país sob o domínio do novo regime social marcava mudança de tal significan a que todos os demais, derivados da intensa luta armada em que haviam perecido milhares de criaturas, apareceriam como secundários."²

De acordo com François Furet, "a guerra de 1914 tem para a história do século XX o mesmo caráter fundamental que teve a Revolu o Francesa para o século XIX". O historiador francês sustenta que é daquele processo histórico que se podem derivar diretamente os sucessos que estão na g nese de três grandes movimentos contemporâneos: a ascensão de Lenin em 1917, de Mussolini em 1922 e de Hitler em 1933.³

Desse modo, os problemas internos enfrentados pelo Brasil nesse momento tinham como pano de fundo a crise do pós-guerra. A segunda década do século XX foi um dos períodos mais agitados da história do nosso país. A situa o econ mica era cada vez mais perturbada pelos contínuos empréstimos solicitados aos banqueiros ingleses e americanos, os quais redundavam na perda da autonomia nacional e no fácil acesso por parte das duas potências às riquezas do subsolo brasileiro ou às concessões

² SODRÉ, Nelson Werneck. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 9-10.

³ FURET, François. A ilusão do século. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 abr.1995. Mais! p.5.8.

e monopólios de grande vulto nas cidades industriais. O governo de Epitácio Pessoa veiculava a imagem de um país rico, de uma nação próspera, com inexauríveis recursos. Para sustentar essa imagem, gastou somas fantásticas, investindo em obras no Nordeste, na comemoração do centenário da Independência Política do Brasil, na projetada eletrificação da Central do Brasil, para a qual foi feito um empréstimo de vinte milhões de dólares, e em recepções a chefes de governo. Tais medidas adotadas pelo governo provocavam fortes protestos populares.

De acordo com o historiador Edgard Carone, os

acontecimentos (...) forçaram os grupos dominantes a antecipar a escolha de seu candidato. Em fevereiro de 1921, quase dois anos antes de findar o mandato presidencial, reuniram-se os líderes estaduais no Rio e escolheram pacificamente Bernardes. Washington Luís, Presidente de São Paulo, fora procurado pelo enviado mineiro Raul Soares e concordara. Aceitando este esquema - que resultaria na sua escolha para o quadriênio seguinte - Washington mandou seu líder na Câmara Federal, Carlos Campos, procurar Epitácio, manifestar-lhe a sua simpatia pelo escolhido e pedir que o Presidente indicasse o candidato a vice.⁴

Aqui fica evidente a movimentação das oligarquias no exercício da política *café com leite*. As elites de São Paulo e Minas procuravam se revezar no governo federal, e os estados que se revoltavam contra essa situação eram poucos. O Rio Grande do Sul se nega a “fechar com o esquema dos diretores da política da República Velha”⁵: Borges de Medeiros não atende à solicitação de São Paulo e Minas, pois não havia participado do acordo firmado. Os gaúchos defendem a necessidade de o candidato ter programa político e administrativo – pretexto para a cisão. A reação republicana vai contar ainda com a Bahia e Pernambuco, e o candidato de oposição será Nilo Peçanha.

A conjuntura brasileira resultava, assim, da combinação de dois fatores: o pós-guerra e as divergências momentâneas dos situacionistas. No que se refere à crise interna, verifica-se que esta não ficou restrita às cúpulas partidárias; houve a participação de setores que até então estavam excluídos da política. Os candidatos da reação republicana, Nilo Peçanha e

⁴ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922-1938*. São Paulo: Ática, 1989. p.23-24.

⁵ *Ibidem*.

J.J. Seabra, seu vice, contam com forte apoio do PRR e do jornal *A Informação*, dirigido por Dyonelio Machado. A campanha da oposição somam-se os militares (noventa por cento estava com Arthur Bernardes e a favor da reação republicana). Surge, assim, o Tenentismo, que embora esteja fundado particularmente na ação dos militares jovens, ainda nos postos iniciais da carreira, tem a proteção de um chefe – o Marechal Deodoro da Fonseca – com representatividade no Exército. Entre a eleição de Arthur Bernardes e a sua posse passam-se nove meses de grande agitação, durante os quais as ameaças de um movimento militar se sucedem.

Embora filiado ao PRR e ativo militante na década de 20, Dyonelio Machado possuía uma produção teórica e um posicionamento político próprios. Mostrava-se, por exemplo, mais radical do que Borges de Medeiros, no que diz respeito à oposição a Eptácio Pessoa. Borges, na condição de Presidente do Rio Grande do Sul, havia indicado alguns ministros para o Governo Federal e, por isso, não aderira ao levante tenentista de 1922. Seguindo a orientação positivista, Borges e o PRR primavam pela seguinte tese: *melhorar conservando*. Enquanto Dyonelio fazia fortes críticas a Eptácio Pessoa no jornal *A Informação*, Borges solicitava aos editores que fossem mais brandos nas suas colocações.

Dyonelio Machado talvez tenha pertencido a uma concepção heterodoxa dentro do pensamento positivista, a qual defendia mudanças estruturais radicais na sociedade. Ele define a revolução como um conjunto de mudanças incorporadas ou realizadas pelas formações sociais. Segundo o autor de *Política Contemporânea*, o processo revolucionário tem início com a desobediência de setores sociais contrários ao *status quo*. Essa rebeldia pode ter um caráter religioso, político ou econômico, e as alterações podem assumir diversas configurações: sedição militar, conjuração, motim popular ou atentado individual. De acordo com Dyonelio, os processos revolucionários costumam apoiar-se tanto em uma dessas formas de luta como em todas elas de modo alternado.

O ensaísta aborda um tema que ainda hoje se mantém no centro das preocupações das Ciências Sociais – a questão da legitimação do poder. Dyonelio vê na simpatia ampla da população um fator-chave para o êxito das revoluções, pois a única maneira de combater a violência oficial é recorrer à força coletiva, exercida de forma consciente. Além de preocupar-se com o problema da legitimação do poder e do uso da força, o ensaísta levanta outros aspectos que até hoje são contemplados pelas mais variadas correntes da Teoria das Revoluções – as marxistas, as funcionalistas, as estruturalistas e as psicológicas. São eles: a alteração das instituições, a transformação dos valores ou mitos da sociedade, a mudança da estrutura

social, a função do Exército e o papel do partido político. Em relação a este último item, verifica-se que Dyonelio atribui exclusivamente ao “partido revolucionário” a tarefa de decifrar sociologicamente as revoluções. A tese surge num momento em que a concepção de *partido único* se fortalece na Europa. Também está presente aí a idéia-força do Positivismo, que enxerga na homogeneidade ideológica e na organização disciplinada dos homens a essência da vida partidária.

Outra manifestação da heterodoxia de Dyonelio Machado é a sua opção pelo Parlamentarismo, sistema de governo que ele considera ideal para o País. Em *Política contemporânea*, o autor faz severas críticas ao Presidencialismo e apresenta o Parlamentarismo como alternativa, antecipando o que viria a acontecer em 1947, no parlamento gaúcho, quando, na condição de líder da bancada do Partido Comunista, defendeu e votou a favor do sistema parlamentarista. Também no que se refere a este assunto, Dyonelio adota uma posição contrária àquela que foi assumida pelo Positivismo e que está expressa na Constituição Castilhistista do Rio Grande do Sul, de 19 de julho de 1891.⁶

No início de sua trajetória política, Dyonelio Machado apreende do Positivismo idéias originárias do Socialismo Utópico de Saint-Simon, de quem Auguste Comte foi discípulo e secretário no período compreendido entre 1817 e 1824. Saint-Simon idealizou o “Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimulou a produção e corrige as desigualdades do mercado”.⁷ Posteriormente, Dyonelio toma como referência os projetos estatizantes dos colorados do presidente uruguaio Jorge Battle. Neste caso, a defesa da intervenção estatal não é, portanto, inspirada pelos revolucionários marxistas e nem pelos reformistas que seguem a orientação de Keynes. Foi no Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina, que o industrialismo utópico de Saint-Simon e o positivismo social de Comte, no século dezanove, viram desenvolver-se sua “primeira vertente ideológica, voltada para retificar o capitalismo mediante propostas de integração das classes a ser cumprida por uma vigilante administração pública dos conflitos”.⁸ O próximo passo de Dyonelio dar-se-á no sentido de concluir essa ponte ideológica, que vai do socialismo utópico de Saint-Simon ao positivismo social e à heterodoxia comtiana, para, então, chegar ao marxismo, tendo como referência a URSS a partir de 1937.

⁶ PINTO, Célia Regina Jardim. *Contribuição ao Estudo da Formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1891)*. Porto Alegre: UFRGS, 1979 (Dissertação de Mestrado).

⁷ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.274.

⁸ *Ibid.* p.282.